

Tensão com governo diminui após gesto de Alcolumbre

O presidente do Senado agradeceu o apoio do governo federal e elogiou Lula

Por Beatriz Matos

A crise entre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu sinais de arrefecimento na última sexta-feira (5). Durante a inauguração do primeiro Centro de Radioterapia do Amapá, Alcolumbre fez elogios públicos ao presidente e agradeceu o apoio do governo federal ao estado.

O gesto, visto como simbólico de distensão, ocorreu diante de ministros e lideranças políticas. Alcolumbre também destacou a atuação do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e direcionou um recado direto ao presidente: "Leve meus agradecimentos pessoal e institucional ao presidente da República, que tem nos apoiado e apoiado o Amapá a toda instância."

O elogio público surge após divergências no Congresso em torno da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF), que contrariou o desejo de parte do Senado, incluindo Alcolumbre, que preferia o nome do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Recuo calculado

A mudança de postura de Alcolumbre, ao elogiar Lula em um evento público, foi interpretada como um recuo calculado. Para o sociólogo Clésio Arruda, o tensionamento dos últimos dias era difícil de se sustentar. "Sus-



Alcolumbre acena bandeira branca para Lula

tentar essa tese era praticamente impossível, porque estaríamos criando uma situação de inversão da lógica de funcionamento dos poderes", afirma. Ele explica que cabe ao Executivo indicar o ministro do Supremo, enquanto ao Senado compete sabatinar e aprovar ou rejeitar o nome, mas não disputar protagonismo nesse processo.

Segundo Clésio Arruda, o embate também deve ser lido à luz

do contexto mais amplo das investigações envolvendo emendas parlamentares e da aproximação do calendário eleitoral. "Existe uma luta anterior, uma tentativa de se empoderar para impedir o avanço dessas investigações", diz. Para o especialista, o desgaste atinge parlamentares de destaque e cria desconforto dentro do Legislativo, especialmente diante de denúncias que podem inviabilizar candidaturas em 2026.

Reducir o atrito

Para a jornalista e cientista política Grazielle Albuquerque, o gesto de Alcolumbre no Amapá deve ser lido como um movimento calculado para reduzir o atrito. Segundo ela, "Alcolumbre falou em público porque sabia da repercussão." Ela ressalta, porém, que ainda é cedo para saber se a mudança terá impacto direto na aprovação de Messias. "Se isso vai se efetivar em alguma facilidade

para a aprovação de Messias, é cedo para dizer."

Grazielle Albuquerque lembra que a crise se agravou em meio a outras tensões institucionais, como a decisão do ministro Gilmar Mendes de restringir ao procurador-geral da República a possibilidade de apresentar pedidos de impeachment contra ministros do Supremo. Para ela, episódios como esse ajudam a explicar por que a disputa em torno da indicação ganhou dimensão política. "A situação agora parece mais acentuada pela postura de Alcolumbre pouco afeita a negociações e mesmo por questões de entorno", afirma.

Sabatina

A sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), marcada para 10 de dezembro, acabou adiada. O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), confirmou que a análise da indicação ficará para o ano que vem.

O adiamento amplia o prazo para que Messias encerre a rodada de conversas com senadores e busque os votos necessários na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário. Além de ser aprovado na sabatina da CCJ, o indicado também precisa ter o nome confirmado no Plenário, com maioria absoluta de votos, ou seja, aprovação de pelo menos 41 senadores. Antes, com o prazo apertado, ele intensificou as articulações no Senado. Mesmo em momentos de esvaziamento da Casa, percorreu gabinetes, conversou com senadores e fez o tradicional "beija-mão" em busca de consolidar apoios.

STF dividido quanto à decisão de Gilmar

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem seus integrantes divididos e parte deles ainda sem posição definida sobre manter a decisão do decano Gilmar Mendes que blindou a corte ao restringir a propositura de impeachment contra ministros. A decisão vai a votação em plenário virtual na próxima sexta-feira (12).

Há uma avaliação no tribunal de que o caso pode expor publicamente uma divisão interna.

A decisão de Gilmar foi considerada uma blindagem a ministros da Corte e causou forte reação no Legislativo, principalmente no Senado. A Casa é responsável pela condução de processos de impeachment de integrantes da corte.

Ouvidos pela reportagem

reservadamente, dois ministros e três auxiliares de magistrados disseram que ao menos quatro integrantes do tribunal ficaram desconfortáveis com a decisão e outros três ainda avaliam os caminhos possíveis para a solução da controvérsia.

Há ministros que, no entanto, têm cautela diante do peso simbólico de ir contra uma posição do decano da corte e dar o sinal público de uma divisão interna. O decano é o ministro mais antigo e que, embora esse não seja um cargo formal, conta com o respeito dos demais ministros pela experiência acumulada e tem um papel de intermediação entre os colegas.

Ao menos até o julgamento da trama golpista, que condenou Bol-

sonaro e outros sete réus por tentativa de golpe de Estado, o tribunal vinha prezando por uma imagem de unidade em nome da defesa institucional, diante inclusive dos ataques que sofreu nos últimos anos.

Ao longo da semana, após a decisão sobre impeachment, os ministros pouco falaram sobre o tema. Durante as sessões e nos momentos em que se encontraram na chamada sala de lanches ao lado do plenário, o tema não teria sido mencionado entre eles.

O assunto será um desafio tanto para o Supremo quanto para Gilmar, que ainda não tem a garantia do apoio majoritário do plenário. O presidente do STF, Edson Fachin, entrou em cena para baixar a temperatura.

Ana Pompeu (Folhapress)



Fachin tenta diminuir a temperatura da crise com o Congresso